

TRILHA DO FEMINICÍDIO: DA PRÁTICA EDUCACIONAL/PEDAGÓGICA A AÇÃO SOCIAL

Jéssica Donini Pedroso¹

Rúbia Emmel²

Resumo: Este estudo parte de uma prática pedagógica focada em um estudo sobre o feminicídio, realizada em uma escola pública na cidade de Santa Rosa-RS. Objetivou-se compreender as concepções e reações dos alunos ao percorrer a trilha do feminicídio, onde observei diversas expressões dos rostos dos alunos, que em sua maioria, denotam tristeza, medo, e indignação com a situação, de modo a demonstrar que de alguma forma a trilha o atingiu e o fez refletir. O questionário contendo dez perguntas fechadas de múltipla escolha, visando o conhecimento prévio dos alunos, e a estruturação do conhecimento. A “trilha”³ teve como participantes alunos do 6º ao 8º ano, e foi construída e desenvolvida juntamente com os alunos do 9º ano. Foram realizadas análises das respostas do questionário, a partir de três categorias: 1) Você conhece o feminicídio?; 2) O lado emocional: Como abordar nas escolas?; 3) Violência de Gênero. Assim, percebeu-se que é de necessidade urgente abordar a temática do feminicídio no contexto escolar. Portanto, foi possível analisar a partir de uma prática pedagógica as percepções dos alunos sobre o feminicídio, pois, os dados obtidos após os questionários e a trilha auxiliaram na identificação do conhecimento destes na educação básica em uma escola central.

Palavras-chave: Violência de gênero, prática pedagógica, ensino de Ciências.

INTRODUÇÃO

Este artigo discorre sobre uma prática pedagógica desenvolvida a partir da temática Feminicídio, realizada em uma escola pública na cidade de Santa Rosa - RS. Considera-se necessário de abordar esta temática no contexto escolar, pois existiu a ocorrência de um caso na família de um aluno, este identificado ao longo das aulas de Ciências, nas quais o aluno demonstrava cansaço excessivo e sono, não desenvolvendo as atividades e discussões em sala de aula, assim, aos poucos foi conversado e identificado o problema, pois o aluno não dormia a noite para proteger sua irmã mais nova, já que no ambiente familiar ocorriam agressões do padrasto na mãe. Além disso, acredita-se que esse assunto não é desenvolvido ou é tratado superficialmente, pois ainda é um muitas vezes censurado pelo currículo, ou os

¹ Licenciada em Ciências Biológicas, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Santa Rosa, professora de Ciências do Fundamental II da Rede Pública. E-mail: jessicadoninii@gmail.com

² Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Santa Rosa. E-mail: rubia.emmel@iffarroupilha.edu.br

³ FREITAS (2002) com base em ELFAKI *et al.* (2011), entende as trilhas enquanto caminhos alternativos e flexíveis para promover o desenvolvimento das pessoas, cuja flexibilidade compreenderia novas formas de se relacionar com o conhecimento, em momentos formais e informais, nesta pesquisa entende-se que a trilha caracteriza-se como uma atividade pedagógica, pois, organizou e guiou o processo educacional em uma determinada temática, apresentando uma sequência lógica de atividades e recursos que os alunos seguiam para a aprendizagem.

professores de ciência o evitam por ser complexo e/ou polêmico. Sendo assim, compreende-se a necessidade de debater esta temática com os alunos nas aulas de Ciências.

Partindo da temática Femicídio, adaptou-se a ideia de uma trilha, essa com o intuito dos alunos percorrerem seu caminho a pé, perpassando por diversas informações e contextos de violência a mulher. A prática já existente é encontrada na internet em uma pesquisa rápida pelo *Google* imagens, sem nome e sem referência. A “Trilha” adaptada foi intitulada “Trilha do Femicídio: da prática educacional/pedagógica à ação social”, tendo como público-alvo alunos do 6º ao 8º anos e desenvolvida por mim, autora principal dessa pesquisa, professora de Ciências, juntamente com os alunos do 9º ano.

O intuito é esclarecer, no ambiente escolar, *tabus* e ideias relacionadas às ideologias machistas que normalizam a cultura de agressão às mulheres. E ainda, desmistificar o ditado popular de que em "briga de marido e mulher não se mete a colher", que pode ser relacionado, segundo Gomes (2020, p. 121), ao fato de que:

O patriarcado está presente na sociedade e fundamenta-se na distinção social entre os sexos biológicos e manifesta-se na forma de inferiorização da mulher em relação ao homem. As relações de poder e manifestação do patriarcado que mais atinge as mulheres é a violência.

No que se refere ao patriarcado, como cita Almeida (2019, p. 19),

“As práticas sociais, o comportamento e a mentalidade predominantes ao longo da história que buscaram justificar ou naturalizar a violência contra a mulher acarretaram a inferiorização social dessa mulher. Essa subordinação ao sexo masculino foi então construída historicamente, mas acabou se impondo como uma verdade.”

Já Rios, Magalhães e Telles (2019, p. 40) afirmam que,

“No Brasil, o perfil epidemiológico das mulheres vítimas de homicídio é predominantemente de jovens (18 a 30 anos), negras (aumento de 190,9% de homicídios em 10 anos), agredidas por familiar direto, mortas no próprio domicílio e com domínio do uso da força na produção das lesões fatais”.

Quando se referindo a gravidez na adolescência, a mesma surge como um novo potencial de instabilidade na vida dos adolescentes, momento esse em que ocorrem inúmeras alterações corporais e corporais, e o fato de ter de lidar com a gravidez, potencializa todas as mudanças no contexto familiar, assim como cita Rouquayrol, 1999, *apud*, Santos (2014), em que,

A gravidez quando ocorre em época não planejada causa uma série de problemas de natureza biológica e social sendo, muitas vezes, dramática para a adolescente, que pode ver na sua vida reprodutiva desencadeada de forma indesejada, logo que inicia

sua vida sexual, quando ainda estava em uma fase de desenvolvimento psicossocial (p. 10).

Com o olhar docente, percebo que ocorre uma carência na abordagem do tema em sala de aula, do ponto de vista biológico, quando se é abordado a temática/o conteúdo da sexualidade com os alunos, estes conceitos e dados são ignorados, assim como a gravidez na adolescência, a importância e o impacto na vida do menino e não somente o papel e a fragilidade na vida da menina. As aulas de Ciências do Ensino Fundamental da rede pública, no que se refere ao ensino sobre a sexualidade, detêm-se em um currículo pré-organizado, abordando conceitos biológicos do corpo humano e o papel hormonal, conforme explicações nos livros didáticos. Percebe-se como um ensino problemático, com um fundamento ideológico de normalização, o fato deste conteúdo ser trabalhado ano após ano, sem propor análises, reflexões e discussões sobre as evidências que demonstram que o feminicídio é real, em nosso contexto social local.

No que se refere ao ensino de Ciências, no contexto desta escola em que o estudo se realizou, a temática de sexualidade e gênero não era abordada nem questionada, compreendida como algo *tabu*. Quando essa temática foi abordada de forma aberta, desmistificando situações constrangedoras como é imposta pelos *tabus* sociais e familiares, os alunos participam ativamente das aulas e expuseram com facilidade suas dúvidas e situações, permitindo abordar o conteúdo de forma dinâmica e palpável a vivência de muitos.

Tendo por parâmetro as percepções sobre diálogos formais e informais com os alunos da escola antes da trilha, percebe-se que as desinformações dos mesmos quanto a violência contra a mulher, geram desentendimentos. Sendo assim, compreende-se que o/a professor/a de Ciências não pode se deter apenas às percepções pautadas no currículo prescrito, pois como afirma Krasilchik (2000) muitas das temáticas vinculadas ao ensino de Ciências foram consideradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais “temas transversais”, como, por exemplo: educação ambiental, saúde, educação sexual. E ao analisar o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), percebeu-se que os temas transversais não estão presentes, ou seja, a educação sexual, por exemplo, permanece restrita ao ensino de Ciências.

Faz-se necessário desmistificar *tabus* e questões errôneas sobre as causas que podem desencadear feminicídio, como violência de gênero, violência psicológica, agressões, alcoolismo e assédio. A “Trilha” permite que os alunos dialoguem sobre alguns gatilhos que desencadeiam o feminicídio, como: se já presenciou uma mulher ser agredida, se consideram a afirmativa que a mulher pode usar a roupa que quiser ou o homem que deve escolher, e se os alunos sentiram algum tipo de medo ao iniciar seu caminho pela trilha.

Com isso, a pesquisa teve como objetivo: compreender as concepções e reações dos alunos ao percorrer a trilha do feminicídio, onde observei diversas expressões dos rostos dos alunos, que em sua maioria, denotam tristeza, medo, e indignação com a situação, de modo a demonstrar que de alguma forma a trilha o atingiu e o fez refletir. Visando analisar seu contexto familiar, os dados obtidos após os questionários auxiliarão na identificação da realidade dos alunos da educação básica de uma escola central. Com base em uma análise dos dados sobre o feminicídio da cidade de Santa Rosa–RS e da região, foram realizadas ações de conscientização cidadã sobre o crime e a violência contra as mulheres, com os alunos envolvidos nesta pesquisa.

Os espaços escolares podem propor ações de sensibilização sobre os crimes contra as mulheres, presentes em nossa sociedade, estes, já demarcados pela cultura patriarcal antes mesmo destas nascerem. O ambiente escolar proporciona um espaço de informação e verdade, em que os educadores são agentes da modificação da estrutura patriarcal. Segundo Bourdieu (2002), desempenham um papel fundamental instituições, como a escola e o Direito, enquanto fonte de produção e reprodução de discursos que justificam as relações de dominação e violência em diferentes contextos sociais.

Contexto da Trilha

Sendo assim, na escola já citada, foi montada a trilha sobre o feminicídio, quando o aluno entra se deparou com um ambiente escuro, no caso o auditório da escola que conta com cortinas blecaute para a claridade, propiciando assim um ambiente escuro. Um pequeno aquecedor para que quando o aluno adentra ao espaço se depare com um ambiente abafado e desconfortável. Áudios buscados na internet de relatos de mulheres que vivenciaram agressões tanto psíquicas quanto emocionais e físicas. O uso de fitas zebradas é utilizado como um alerta, delimitando cenas de crime, com corpos pelo chão e garrafas de bebidas alcoólicas.

Guiados pela luz de uma lanterna, com vítimas no chão, Figura 3, o aluno perpassa o varal de camisetas brancas com escritas em cor vermelho sangue, com frases comuns de desculpas ditas pelas vítimas como, “foi a primeira vez; a culpa é minha; eu tropecei; ele estava bêbado; ele vai parar; ele vai parar; ele parou (quando o crime ocorreu)” traz marcas que se intensificam conforme as frases e o ato de violência aumentam, até chegar ao crime em si em que a camiseta é toda manchada de sangue, Figura 2.

Figura 2 – Varal de camisetas brancas com escritas em vermelho sangue com frases comuns de desculpas ditas pelas vítimas.



Fonte: Autora (2023)

Figura 3 – Alunos e convidados perpassando pelo varal de camisetas



Fonte: Autora (2023)

Ao passar pelo varal de camisetas, uma mesa disposta em local estratégico compõe o cenário de uma briga entre a vítima e o agressor, com foto amassada de um casal, porta retrato, taças e vidros quebrados, batom, flores secas e alianças jogadas, Figura 4.

Figura 4 – Mesa disposta com foto amassada de um casal, porta retrato, taças e vidros quebrados, batom, flores secas e alianças jogadas.



Fonte: Autora (2023)

Após esse momento de alerta, as cortinas se abrem, Figura 5, e os alunos do 9º ano encenam com atuações teatrais os diferentes tipos de violência, salientando que o ato em si da agressão não é apenas o físico, o que foge por muitas vezes do conhecimento de muitos. A ideia principal é fazer o espectador se sentir num ambiente hostil e perturbador, de forma que sinta a experiência na pele, como essas mulheres sentiram e tomem a sensibilização e da ação prática da trilha. Após perpassarem, os alunos do 9º ano questionam os demais alunos, quanto aos sentimentos despertados e qual a sua opinião sobre a agressão às mulheres, se consideram correto ou não, e qual seria a reação ao presenciar tal situação.

Figura 5 – Encenação dos cinco tipos de violência contra a mulher pelos alunos do 9º ano.



Fonte: Autora (2023)

REFERENCIAL TEÓRICO

Visando o maior conhecimento frente a atual temática, é necessário também analisar a Escola e aquilo que ensina em tempos de pós-pandemia, pois de acordo com Gomes (2020, p. 126),

A pandemia a Covid-19 escancarou as frágeis políticas de combate à violência contra mulher. Mesmo com o aumento dos casos de violência contra a mulher no mundo durante o isolamento social, não houve o preparo por meio das ações do governo federal para o enfrentamento dessas demandas no Brasil.

Durante este período, vimos mulheres presas em seus lares, presas a rotina e a procrastinação, em ambientes pouco seguros a mercê de todos os tipos de violências, e como de costume, a vítima se torna a responsável pela situação, como Rios et al. (2019, p. 40), destacam é,

Comum que o agressor culpe a vítima pelo seu próprio assassinato, seja pela forma como ela se veste, seja por ela assumir uma conduta mais independente ao tentar trabalhar ou estudar, ou, muito frequentemente, por desejar romper o relacionamento ou envolver-se com um novo parceiro.

Quando abordado os atos do agressor com a vítima, a definição não se deve apenas ao ato físico da violência, a dominação do agressor vai muito além, considerando a violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral. O sistema patriarcal, tem como caracterização um "sistema de estruturas no qual o homem domina, oprime e explora as mulheres" (WALBY, 1990, p. 20), em que, até os dias atuais, é dominante em muitas realidades femininas, a mulher é privada de viver em sociedade, trabalhar, vestir-se e maquiar-se da forma como deseja. No que se refere a violência patrimonial, esta consiste na recusa do agressor em entregar a vítima, seus bens, valores, pertences e documentos, como forma de vingança ou, até mesmo, como um meio de conseguir obrigá-la a permanecer num relacionamento do qual pretende se retirar. Esta também se configura a partir de condutas de retenção, subtração ou destruição de objetos, documentos, bens e valores (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Na Lei Maria da Penha n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 artigo 5º, considera a violência doméstica e familiar contra a mulher "(...) qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual e psicológico e dano moral ou patrimonial" (BRASIL, 2006, p. 01). E, "violência sexual consiste em obrigar a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada mediante intimidação,

ameaça, manipulação, coação ou uso da força, assim como induzi-la a comercializar ou a utilizar sua sexualidade de qualquer modo.” (ALMEIDA, 2019, p. 43).

Importante salientar que,

Lei do Femicídio - Lei 13.104/2015 A lei transforma em crime hediondo o assassinato de mulheres por razões da condição do sexo feminino. Segundo a norma, considera-se que há tais razões quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena para esse crime subiu para o mínimo de 12 e o máximo de 30 anos de prisão.

Com base em dados locais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, demonstrado na Figura 1, foi buscado o monitoramento do Indicador de Femicídio Consumado nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2023, de forma parcial até o mês de julho, considerando o ano atual.

Figura 1 – Comparativo do Monitoramento do Indicador de Femicídio Consumado entre os municípios de Santa Rosa e Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul no Ano de 2023.

Município	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SANTA MARIA	0	0	0	0	0	0	0						0
SANTA ROSA	0	0	1	0	0	0	1						2
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0	1	0	0	0	0	0						1
SANTANA DA BOA VISTA	0	0	0	0	0	0	0						0
SANTANA DO LIVRAMENTO	0	0	0	0	0	0	0						0
SANTIAGO	0	0	0	0	0	0	0						0
SANTO ANGELO	0	0	0	0	0	0	0						0
SANTO ANTONIO DA PATRULHA	1	0	0	0	0	0	0						1
SANTO ANTONIO DAS MISSOES	0	0	0	0	0	0	0						0
PORTO ALEGRE	0	0	2	0	0	0	0						2
PORTO MALUA	0	0	0	0	0	0	0						0

Fonte: Secretaria da Segurança Pública - RS (2023)

Levando em consideração os dados do município de Santa Rosa, localizado na Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, conforme o Censo IBGE 2023 a cidade possui população de 76.963 habitantes, e até julho deste ano, dois feminicídios consumados em 2023. Quando comparado a capital do estado, Porto Alegre, com 1.332.570 habitantes, até julho do presente ano teve também dois feminicídios consumados.

Ao analisar os dados se percebe a disparidade do número de habitantes quando comparado ao número de crimes. A Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (2023), com base em dados, aponta que o crime de feminicídio caiu 18,2% no primeiro mês do ano de 2023, sendo esse um dos crimes mais desafiadores do estado.

Resultado de esforços e implementações como a Delegacia Online da Mulher, criada pelo Departamento de Tecnologia da Informação Policial (DTIP) da Polícia Civil, através da Divisão de Assessoramento Especial e da Delegacia Online, como mecanismo ativo pela busca de ajuda, a vítima pode solicitá-la de qualquer local ou horário, e, do Programa de Monitoramento do Agressor, que está em fase de implantação para a execução do Projeto “Monitoramento do Agressor”, com a utilização de tornozeleiras eletrônicas, a ser utilizada pelos agressores que cumprem medidas protetivas da Lei Maria da Penha e mostram potencial de risco para vítima. Corroborando com estas medidas, Rios et al., (2019, p. 41) citam que “a mudança na legislação é um avanço positivo e, juntamente com medidas protetivas nas áreas de saúde e segurança públicas, poderá proporcionar às futuras gerações uma sociedade em que as diferenças de gênero sejam respeitadas, sem o exercício deletério de poder entre homens e mulheres”.

As políticas públicas, devem ser objeto de estudos escolares, e sobre esta temática, Sales (2021, n.p.) ressalta que,

Em 10 de junho de 2021, foi publicada a Lei Federal n.º 14.164/2021, para incluir nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher e, também, instituir a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

Assim, o uso de metodologias atreladas às políticas educacionais e ao currículo no ensino de Ciências, influenciam pesquisas curriculares com desenvolvimento situadas em diferentes frentes, em especial, identidades e gênero.

Ainda Sales (2021, n.p.) acrescenta que,

As diretrizes e bases da educação nacional, regulamentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n.º 9.394/96), passaram a prever mais um tema transversal de suma importância e de inclusão obrigatória nos conteúdos curriculares da educação básica, em todas as instituições públicas e privadas: o combate à violência contra a mulher.

A lei é uma teoria normativa, e por si mesma não é garantia de efetividade. Conforme argumenta Lanes et al. (2014, p. 27, 28) “os PCNs relatam que devemos ampliar a visão de conteúdo para além dos conceitos” e que “da mesma forma, deve-se evidenciar a necessidade de tratar de temas urgentes – chamados Temas Transversais – no âmbito das diferentes áreas curriculares e no convívio escolar” no qual “os objetivos e conteúdos dos Temas Transversais (Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual) devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola”. Para isso, há necessidade de abordar nos espaços até então não convencionais, como a sala de aula como

objeto transformador do processo, para movimentar e alterar qualquer ciclo vicioso da desinformação, proporcionam essa reflexão de sensibilização sobre a violência.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa de carácter qualitativa, obteve coleta de dados e levantamento de campo, no qual buscou tratar as perspectivas dos participantes, essa, é organizada com vistas à produção e análise de dados descritivos e interpretativos no contexto de uma realidade social complexa e contextualizada (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A centralização é embasada no ponto de vista de alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, de uma escola da Rede Estadual de Ensino, localizada na zona central do município de Santa Rosa, situada na Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Assim, a trilha teve a intenção de buscar nas percepções dos estudantes do 6º ao 9º ano o ponto de vista emocional e comportamental, para isso, se fez necessário a análise destes pontos antes e após perpassarem a trilha. Para analisar as causas que a trilha do feminicídio abordada no ambiente escolar desenvolveu nos alunos quanto aos aspectos da formação cidadã, estes responderam a um questionário, que buscou identificar as percepções frente a questões de todos os tipos de violências contra a mulher.

Quanto aos riscos, os mesmos foram mínimos, quando relacionado a desconfortos no preenchimento dos questionários. Ainda, ao concordarem com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a identidade de cada aluno foi preservada. Relativo aos benefícios dessa pesquisa, ela trouxe a sapiência que permeou a discussão atual, possibilitando nesse contexto, ter a percepção diante das reações e opiniões dos alunos frente ao sensível tema.

Para que a análise desses dados fosse possível, foram criados dois questionários impressos, divididos em dois momentos, o primeiro com base no conhecimento prévio dos alunos, aplicado antes de perpassarem pela trilha (Apêndice A), buscando obter resultados do que os 56 alunos do 6º ao 9º anos sabem sobre o tema, baseado em dez perguntas fechadas de múltipla escolha, com escala de Likert de cinco pontos (1= nunca, 2= raramente, 3= não sei responder, 4= algumas vezes, 5= concordo plenamente). O segundo, também norteado com dez perguntas de múltipla escolha em escala de Likert sobre os mesmos critérios (Apêndice B), buscou a estruturação do conhecimento, com enfoque nas percepções dos 44 alunos do 6º ao 9º anos após perpassarem a trilha. Cada um dos questionários foi respondido em diferentes datas; no dia em que responderam o segundo questionário, 12 de alunos faltaram. A utilização dessa escala é de fácil visualização e compreensão, e segue escala original com a proposta de cinco pontos, variando de discordância total até a concordância total.

Para a análise dos dados, utilizou-se da Análise de Conteúdo por categoria temática de Lüdke e André (1986). A partir da qual as categorias foram definidas *a priori* buscando favorecer uma maior análise e permitir uma observação das temáticas da pesquisa a partir de um cenário reflexivo. Conforme Lüdke e André (1986), a construção de categorias não é tarefa fácil, em que esse conjunto inicial vai ser modificado ao longo do estudo. Em um processo dinâmico de confronto constante entre teoria e empiria, o que origina novas concepções e, conseqüentemente, novos focos de interesse.

A partir destas categorias os dados foram tabulados, explorando o contexto e a frequência com que aparecem, o que por sua vez facilitou a representação, a verificação das relações e as aproximações entre as respostas. A elaboração dos dados de pesquisa propiciou a constituição das análises nesta investigação,

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes da pesquisa foram 56 alunos que responderam ao questionário um e posteriormente 44 alunos responderam ao questionário dois, e permitiram a utilização de seus dados para a pesquisa. Estes questionários foram dispostos em três campos norteadores, esses, somados aos questionamentos realizados antes e após a trilha, construindo os dados que entrelaçam essas percepções ou não.

Categoria 1: Você conhece o feminicídio?

No que diz respeito a categoria 1, esta teve o enfoque de buscar como resultado os entendimentos dos alunos quando questionados previamente a prática da trilha, ou seja, com base no questionário um.

Quadro 1 - Categoria 1: Você conhece o feminicídio?

Questões	1	2	3	4	5
1 Você já ouviu falar em feminicídio?	2	3	0	26	25
2 Com que frequência você vê notícias de violência contra mulher?	2	17	0	28	15
3 Você concorda que violência contra a mulher é apenas um ato físico?	47	1	7	1	0
4 Já ouviu falar da existência de uma lei que protege as mulheres?	2	5	0	4	45

Fonte: Autora (2023) Nota: As colunas do quadro seguem a escala de Likert de cinco pontos (1: nunca, 2: raramente, 3: não sei responder, 4: algumas vezes, 5: concordo plenamente).

Percebe-se que, o número de alunos que respondeu nunca (2) para a pergunta número um, é pequeno se comparado aos alunos que já haviam ouvido algo sobre o feminicídio (26) e ouvido com mais frequência (25). Os números ressaltam, e esclarecem, que o conteúdo da

questão faz parte das informações contidas pelos alunos, ou seja, essa informação já foi adquirida em casa, em sociedade e/ou na escola.

Sobre a pergunta dois, que se refere a frequência que vê alguma notícia em relação à temática, é expressivo o número de alunos que raramente veem (17), porém se comparado aos que algumas vezes veem, o número se sobressai (28). Hoje, para ter acesso a esse tipo de temáticas, faz-se uma busca específica, no qual essas informações não constam na grade de programação de televisão aberta, mas já estão sendo abordadas e exploradas nas redes sociais e em seriados de canais fechados, universos esses que os adolescentes estão inseridos e dominam, assim como ambientes escolares, que devem pautar assuntos estes em sala de aula, em especial, no ensino de Ciências, já que o componente curricular permite explorar tal temática.

Com relação à pergunta três, é altíssimo o número de alunos que discordam que a violência contra a mulher é somente o ato físico (47), isso denota uma melhor visualização da real face da violência. Os dados simbolizam que o aluno sabe reconhecer que a violência não se dá somente pela agressão física, o que serve de alerta para sua identificação quando o mesmo sabe caracterizá-lo, considerando que “[...] o entendimento popular da violência apoiou-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e o único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima [...]” (SAFFIOTI, 2004, p. 17), seja ela física, psíquica, moral ou patrimonial. No qual, Celmer (2010, p. 73) define que a: “[...] violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano, sofrimento físico, sexual, psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado”.

A pergunta quatro, questiona quanto a existência de uma lei que protege as mulheres, e mais uma vez o resultado é satisfatório, no qual muitos alunos responderam que concordam (45) que já ouviram falar da lei. Podendo ocorrer nesse caso o conhecimento de uma ou de outra lei, no caso, Lei Maria da Penha e a Lei do feminicídio.

Duas semanas após este primeiro questionário, a turma do 9º ano esteve envolvida na organização da prática com a trilha do feminicídio, que será abordada no próximo item.

Categoria 2: O lado emocional: Como abordar na escola?

No que diz respeito a categoria 2, esta teve o enfoque de buscar como resultado dos posicionamentos dos alunos quando questionados previamente e após a participação na “Trilha”.

Quadro 2 - Categoria 2: O lado emocional: Como abordar nas escolas?

Questões	1	2	3	4	5
1 Qual a importância de abordar essa temática na escola?	2	3	7	2	42
2 O ato da violência lhe causa algum sentimento de alegria?	42	0	1	0	1
3 Você considera certo as mulheres serem vítimas desta violência?	41	0	0	1	1
4 Ao entrar na trilha, você sentiu medo?	21	2	4	14	3

Fonte: Autora (2023) Nota: As colunas do quadro seguem a escala de Likert de cinco pontos (**1**: nunca, **2**: raramente, **3**: não sei responder, **4**: algumas vezes, **5**: concordo plenamente).

Com relação à pergunta um, esta foi realizada antes dos alunos perpassarem a trilha, a maioria concorda (42) com a importância de abordar essa temática na escola. As respostas dos alunos reforçam a importância de desenvolver esta temática no ambiente escolar. O que se funde com a sensibilização em refletir quanto a inteligência emocional da vítima e a importância de abordar essa temática no ambiente escolar, as discussões que permeiam esse trabalho retratam de forma positiva a ação de uma intervenção em um ambiente escolar. No qual, a escola, por seus propósitos, abriga distintas diversidades, seja, de gênero, sexual, étnico-racial, cultural, etc, torna-se responsável, juntamente com estudantes, familiares, etc, por construir caminhos para a eliminação de preconceitos e de práticas discriminatórias” (BRASIL, 2009, p. 31).

Após os alunos percorrerem a ”Trilha”, foram questionados quanto ao ato de violência causar algum sentimento de alegria, na pergunta dois, um aluno respondeu que sim e um que não sabia responder, no qual uma interrogativa é apontada, realmente o aluno entendeu a pergunta e sente alegria pela experiência passada, “sob uma perspectiva evolucionista, empatia expressa-se na capacidade de captar sinais emocionais nos outros, o que consiste em uma habilidade de base inata” (PLUTCHIK, 1992). A maioria (42) respondeu que nunca esse ato lhe causaria alegria. Ao percorrer pela trilha, pude observar diversas expressões dos rostos dos alunos, no qual, em sua maioria, denotam tristeza, medo, e indignação com a situação, de modo a demonstrar que de alguma forma a prática o atingiu e o fez refletir. Por outro lado, teve alunos que não esboçaram nenhuma reação, tornando-os indiferentes com todo o processo, penso que estes são os que possivelmente não vivenciaram situações semelhantes, algo que está longe da sua dinâmica de vida, e os que demonstram seus sentimentos, se abalam, se chocam, são alunos que possuem uma carga emocional maior.

A pergunta três questiona se os alunos consideram certo as mulheres serem vítimas desse tipo de violência, sendo de aspecto expressivo (41) disseram que nunca. A “Trilha” é composta por um cenário, atrelado ao machismo estrutural da nossa sociedade, relacionando-se às questões familiares, que repercutem no cotidiano do aluno, portanto cabe à escola também

abordar as demandas sociais urgentes. Acredita-se que essas respostas foram influenciadas pelo contexto da trilha, pois ao passarem pelo varal das camisetas onde é simbolizada as agressões e ao assistirem ao teatro em que a figura feminina sofre diversos tipos de violência, com base em uma compreensão melhor de que a mulher é a vítima, na qual a violência não se configura somente na física.

Um aluno respondeu que algumas vezes e outro que concorda, ambos do sexo masculino do 6º ano, “mesmo não se tratando de efeitos tangíveis, são passíveis de mensuração” (SAFFIOTI, 2004, p. 18), ainda que, “as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores” (SAFFIOTI, 2004, p. 48).

No que diz respeito à pergunta quatro, muitos alunos (21) demonstraram não sentir medo ao adentrar a ”Trilha”, mesmo com toda a configuração do espaço já descrita para causar desconforto, ainda, um número significativo (14) relatou que algumas vezes, sentiram medo. A intencionalidade da trilha não é provocar o medo, e sim o alerta, sentir o que muitas mulheres sentem, como forma de sensibilizar, provocar e quem sabe, alterar o ciclo vicioso da violência a partir de reflexões e provocações essas iniciadas no meio escolar.

Categoria 3: Violência de Gênero

No que diz respeito a categoria 3, esta teve o enfoque de buscar como resultado dos posicionamentos dos alunos quando questionados previamente e após a prática da trilha.

Quadro 3 - Categoria 3: Violência de Gênero

Questões	1	2	3	4	5
1 Você sabe o que é violência de gênero?	15	2	12	9	18
2 O homem deve escolher a roupa que sua companheira deve vestir?	53	1	0	1	1
3 A cultura de agressão, é pelo fato do homem ser mais forte e melhor que a mulher?	24	1	11	2	5
4 “É errado a violência, por que a vítima não deixa o companheiro na primeira agressão? Ela gosta!” Na sua percepção essa afirmativa é correta?	37	1	6	0	0

Fonte: Autora (2023) Nota: As colunas do quadro seguem a escala de Likert de cinco pontos (**1**: nunca, **2**: raramente, **3**: não sei responder, **4**: algumas vezes, **5**: concordo plenamente).

Com relação à pergunta um, realizada antes dos alunos perpassarem a trilha, quando questionados sobre o conhecimento de violência de gênero, ocorreram disparidades entre as respostas, que foram as seguintes: nunca (15); não sei responder (12); e, sim (18). Percebe-se que o quantitativo de alunos que não conhece o termo é elevado, o que sugere a reflexão sobre

a “construção histórico e cultural de uma pedagogia e um currículo que silenciam as diferenças sexuais, de gênero e étnicas e que conduzem práticas e culturas escolares do preconceito, da discriminação, da segregação” (FILIPAK, MIRANDA, 2010, p. 2), no qual, cabe ao ambiente escolar também desconstruir dilemas que envolvem o machismo como: “aos homens, o dever de seres provedores, agressivos, fortes; às mulheres cabe o cuidado com o lar, com a reprodução e com a educação de filhos e filhas.” (SILVEIRA, 2010, p. 20). Ainda, referente aos alunos do 9º ano, estes responderam da seguinte maneira: um aluno: desconhece, um aluno: sabe pouco, dois alunos: não sabem responder, quatro alunos: de forma intermediária reconhece o assunto, sete alunos: conhecem o assunto . Estas informações permitem evidenciar que há disparidade de informações, e que uma movimentação-ação ainda precisa ser realizada, com novos diálogos, visto que estes são os protagonistas do processo, “a educação também traz em seu bojo a proposta do descortinar, do revelar, do avançar, do esclarecer e participa do processo de mudança social. Como instrumento de mudança ela não se mantém estática. Ela é positivamente dinâmica” (NEVES et al, 2010, p. 03-04).

A pergunta dois prevaleceu um total de 53 alunos que entendem e marcaram que nunca o homem deve escolher a roupa que sua companheira deve vestir. Esta questão relaciona-se a violência de gênero considerando que a partir destes fatores algumas informações carecem ainda ser desmistificadas, como quando, “[...] o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa-de-força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu destino assim o determina” (SAFFIOTI, 2004, p. 85).

Após perpassar a trilha, 24 alunos responderam à pergunta três com nunca, não concordando que a cultura de agressão é pelo fato do homem ser mais forte e melhor que a mulher, ainda não souberam responder (11). “A violência de gênero, especialmente em suas modalidades doméstica e familiar, ignora fronteiras de classes sociais, de grau, de industrialização, de renda per capita, de distintos tipos de cultura (ocidental x oriental) etc.” (SAFFIOTI, 2004, p. 83), ainda, “violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino”(SAFFIOTI, 2004, p. 85), no qual, não está relacionado ao condicionamento físico ou a força que o homem expressa, e sim a questões como dependência financeira e emocional, “como a maior parte da violência de gênero tem lugar em relações afetivas – família extensa e unidade doméstica – acredita-se ser útil o conceito de codependência”(SAFFIOTI, 2004, p. 88).

A pergunta quatro, ressalta uma interrogativa em que, “É errado a violência, por que a vítima não deixa o companheiro na primeira agressão? Ela gosta!” Na sua percepção essa afirmativa é correta?, outra vez, um número expressivo, 37 alunos, responderam não concordar com essa sentença. Considerando que, ao participarem da prática “Trilha”, os alunos assistiram ao teatro que abordou os diferentes tipos de violência sofrida pela mulher, e os principais pontos que a fazem não se desvencilhar do agressor, como: não possuir família na cidade, perder o ciclo de amizades por conta da influência do parceiro, não possuir renda e nem bens, esgotamento emocional, ameaças, ser totalmente dependente do companheiro. Situações essas que forçam a mulher a se manter nesses lares e nessas situações, como uma falta de opção.

Os resultados demonstram o quão importante é abordar a temática no ambiente escolar com cenas de teatro na qual buscou-se caracterizar diferentes tipos de violência, em que, “trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2004, p. 18), assim, denota-se nos resultados obtidos a coerência e a percepção dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo e das análises realizadas, denota-se a importância em abordar o feminicídio no contexto escolar, baseado em realidades próximas nas famílias de alunos. Foi possível entender que as deficiências e os *tabus* são existentes quando esta temática é abordada no ambiente escolar, bem como na disciplina de Ciências, por isto ressalta-se a urgência em debater tal temática em sala de aula. Identificando a partir de uma ação prática, analisou-se as respostas dos alunos sobre o feminicídio (pré e pós) esclarecendo informações frente ao tema. Os dados obtidos após os questionários auxiliaram no entendimento dos alunos da educação básica de uma escola central.

A categoria 1, buscou focar o resultado das opiniões dos alunos quando questionados previamente a prática da trilha. Constatou-se que o número de alunos que já haviam ouvido algo sobre o feminicídio foi expressivo, e que ainda, muitos ouvem com frequência sobre o tema, no qual, os números ressaltam e esclarecem que o assunto abordado hoje já é conhecido pelos adolescentes, ou seja, esse conhecimento já foi adquirido em casa, na sociedade ou na escola. Denotou-se que com frequência os alunos veem alguma notícia em relação à temática, mesmo que seja em alguns dados momentos. Sabendo que informações sobre essa temática não constam na grade de programação de televisão aberta, mas já estão sendo abordadas e exploradas nas redes sociais e em seriados de canais fechados, universos esses que os adolescentes estão inseridos e dominam. Enfatizo o grande número de alunos que discordam

que a violência contra a mulher é somente o ato físico, concluindo assim, a clareza que os alunos possuem sobre reconhecer que a violência não se dá somente pela agressão física. Notoriamente, os alunos possuem conhecimento da existência de uma lei que protege as mulheres.

Ao longo da trajetória dos alunos na trilha, pude observar suas reações e expressões. O local escuro caracterizou um ambiente abafado e desconfortável, no qual os áudios relataram mulheres que vivenciaram agressões tanto psíquicas quanto emocionais e físicas. Os alunos tiveram o contato direto com o cenário, guiados pela luz de uma lanterna observaram a sua frente o varal de camisetas brancas com escritas em vermelho sangue, que continham dizeres de desculpas ditas pelas vítimas, trazendo a culpa para si e não para o agressor. A inserção de um teatro esboçou diferentes tipos de violência. Considerando assim, que o espectador pode sentir-se em um ambiente hostil e perturbador, experienciando na pele, como muitas mulheres vivenciam. O modo como os alunos do 9º ano conduziram a atividade, demonstrou habilidade e conhecimento sobre o tema, enriquecendo ainda mais a experiência.

A categoria dois buscou o enfoque no resultado das opiniões dos alunos quando questionados previamente e após a prática da trilha. Sendo assim, previamente os alunos concordam com a importância de abordar essa temática na escola, reforçando a importância do seu desenvolvimento no ambiente escolar. O que se funde com a sensibilização em refletir quanto ao lado emocional da vítima e a importância em abordar essa temática no ambiente escolar, assim as discussões que permeiam esse trabalho retratam de forma positiva a ação de uma intervenção em um ambiente escolar. Após suas denotações da prática, o questionamento surgiu na linha dos sentimentos dos alunos, quando questionados se o ato de violência lhe causou alegria, no qual apenas um aluno respondeu que sim e um que não sabia responder, onde uma interrogativa é apontada, realmente o aluno entendeu a pergunta e sente alegria pela experiência, ainda, é importante salientar que a maioria respondeu que nunca esse ato lhe causaria alegria.

Por outro lado, teve alunos que não esboçaram nenhuma reação, tornando-os indiferentes com todo o processo. Os alunos salientam que não é certo as mulheres serem vítimas desse tipo de violência, o que, por sua vez, simboliza que todo o processo teve uma reação nas suas reflexões, com uma compreensão melhor de que a mulher é a vítima, na qual a violência não se configura somente na física. Focado nos sentimentos, um número expressivo de alunos demonstraram não sentir medo ao adentrar a trilha, mesmo com toda a configuração do espaço já descrita para causar desconforto. Um aspecto válido a ressaltar é que a

intencionalidade da trilha não é provocar o medo, e sim o alerta, sentir o que muitas mulheres sentem, como forma de sensibilizar, provocar e quem sabe, alterar o ciclo vicioso da violência.

A categoria três buscou também como resultado das opiniões dos alunos quando questionados previamente e após a prática da trilha. Sobre o conhecimento da violência de gênero, ocorreram disparidades entre as respostas, ressaltando que o número de alunos que não conhecem o termo é elevado. Salientando o ponto de vista dos alunos do 9º ano, nessa categoria, ocorreu que alguns alunos desconhecem o tema, ou pouco sabem sobre este, assim, os dados evidenciam uma disparidade de informações, em que diálogos ainda precisam ser construídos no ambiente escolar. Em contrapartida, a maioria dos alunos resalta que nunca o homem deve escolher a roupa que sua companheira deve vestir. Quando percorrido a trilha e com suas concepções formadas, os alunos em maioria não concordam que a cultura de agressão é pelo fato do homem ser mais forte e melhor que a mulher. Quando ressaltado sobre a mulher não deixar o companheiro na primeira agressão e gostar das violências sofridas, o número expressivo de alunos não concorda com a sentença. A partir destes resultados concluem o quão importante é abordar a temática no ambiente escolar com cenas de teatro, na qual se buscou caracterizar diferentes tipos de violência.

Em suma, saliento a importância do tema, emergente no contexto educacional e desenvolvido atrelado ao Ensino de Ciências. Onde no papel de educadora nos espaços escolares, posso proporcionar uma reflexão de sensibilização sobre os crimes contra as mulheres, presentes em nossa sociedade, estes, já demarcados pela cultura patriarcal antes mesmo destas nascerem, de modo a tornar essa prática pedagógica uma ação voltada a vida de cada aluno dentro e fora do ambiente escolar. Percebeu-se ao longo da construção deste estudo a escassez em pesquisas envolvendo a pesquisas sobre abordagens da temática do feminicídio no âmbito escolar, denotando assim a carência do tema emergente aqui citado. Deste modo, este tema não se esgota nesta investigação, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, dando continuidade, a fim de propor a abordagem desta temática no contexto educativo, considerando aspectos sociais e emocionais que podem ser desenvolvidos com os alunos, ou ainda em contexto de formação inicial e/ou continuidade de professores.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, D. N. **Violência contra a Mulher** (Lei Fácil Livro 1). Edições Câmara, 2019. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24893/22381>>. Acesso em 02 set. 2023.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. MEC/SECAD; SPM; SPPIR; CLAM; BRITISH COUNCIL. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professores em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais – Livro de conteúdos. Brasília: 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>>. Acesso em 25 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24893/22381>>. Acesso em 02 set. 2023.

BRASIL. **Lei n.13.104, de 9 de março de 2015**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>. Acesso em 21 nov. 2023.

CELMER, E. G. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, Maria da Graça Maya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Editora Edipucrs. p.73, 2010.

FILIPAK, A.; MIRANDA, T. L. **Política pública de formação de professoras/ es em Gênero, Diversidade Sexual e Relações Etnicorraciais: entre o poder da escola e a escola do poder**. In: I SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. 2010, Londrina. Anais eletrônicos... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010.

FREITAS, I. A. **Trilhas de desenvolvimento profissional**: da teoria à prática. In: Encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 26., 2002, Salvador. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: Anpad, 2002. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-cor-1336.pdf>>. Acesso em 26 jan. 2024.

GOMES, K.S. Violência contra a mulher. ed 19. **Revista Espaço Acadêmico**, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24893/22381>>. Acesso em 02 set. 2023.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 20, 2015.

HODGE, D. R.; GILLESPIE, D. F. **Phrase completion scales: a better measurement approach than Likert scales?** Journal of Social Service Research, v. 33, n. 4, p. 1-12, 2007. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhospdf/1012.pdf>>. Acesso em 03 out. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Santa Rosa: IBGE, 2023. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama>>. Acesso em: 23 set. 2023.

LANES. K. G.; LANES. D. V. C.; PESSANO. E. F. C.; FOLMER, V. O Ensino de Ciências e os Temas Transversais. **Contexto&Educação**, v. 29, n. 92, Jan./Abr., 2014. p. 21-51. Disponível em: <file:///C:/Users/Jessica/Downloads/2371-Texto%20do%20artigo-18879-1-10-20150526%20(7).pdf>. Acesso em 18 nov. 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

NEVES, E. V. N. et al. A. Gênero e diversidade: derrubando barreiras socioculturais na formação de professoras/es. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9. 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2010.

PLUTCHIK R. Bases evolucionistas de la empatía. En N. Eisenberg & J. Strayer (Orgs.). **La empatía y su desarrollo** (p. 49-57. 1992). Bilbao: Desclée de Brower.

RIOS, A. M.F. M; MAGALHÃES, P. V. S; TELLES, L.E. B. **Revista Debates in Psychiatry**, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.25118/2236-918X-9-2-4>>. Acesso em 02 set. 2023.

ROSA, I. G. G. F. da; CASTRO, A. C. S. de. Violência de gênero e o ensino pela Pedagogia de Projetos: o caso da modalidade EJA em uma escola municipal de Duque de Caxias/RJ. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 35, n.p. 15 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/35/joseph-violencia-de-genero-e-o-ensino-pela-pedagogia-de-projetos-o-caso-da-modalidade-eja-em-uma-escola-municipal-de-duque-de-caxiasrj>>. Acesso em 01 nov. 2023.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.17, 83, 85. 2004. Disponível em:<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf>. Acesso em 01 nov. 2023.

SALES, A. A. R.. “O combate à violência contra a mulher como novo conteúdo curricular obrigatório da educação básica”, em **Revista Ponte**, v. 1, n. 7, dez. 2021.n.p. Disponível em: <<https://www.revistaponte.org/post/comb-viol%C3%AA-cont-mul-com-nov-conte-curric-obrigat-educo-b%C3%A1s>>. Acesso em 01 nov. 2023.

SANTOS W. G. **A gravidez na adolescência: uma proposta de intervenção**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4339.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2024.

SILVEIRA, V. T. In: PARANÁ - **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná – Versão preliminar. 2010.

SSP- SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Primeiro mês de 2023 registra queda nos feminicídios no Estado**. Disponível em: <<https://www.ssp.rs.gov.br/primeiro-mes-de-2023-registra-queda-nos-feminicidios-no-estado#:~:text=Os%20221%20casos%20registrados%20em,registrados%20em%20janeiro%20de%202022.>>>. Acesso em 07 out. 2023.

WALBY, S. **Theorizing Patriarchy**. Cambridge, USA, n. 89, 1990. Disponível em: https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/21680/1/1990_Walby_Theorising_Patriarchy_book_Blackwell.pdf> Acesso em 11 nov. 2023.

Apêndices

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências da Natureza do Instituto Federal Farroupilha, *Campus* Santa Rosa, intitulada “Trilha do Feminicídio: da Prática Pedagógica/Educacional a Ação Social”. Sua identidade será preservada. Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados, na produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Concordo Não concordo

Nome:

Assinatura:

Leia as questões seguintes e responda marcando com um X no número que melhor representa a sua resposta.

Conhecimento Preliminar (antes da trilha): O que meu público sabe sobre o tema?

1 - Você já ouviu falar em feminicídio?

1 2 3 4 5

2- Com que frequência você vê notícias de violência contra mulher?

1 2 3 4 5

3- Você concorda que violência contra a mulher é apenas o ato físico?

1 2 3 4 5

4- Você já presenciou uma mulher ser agredida?

1 2 3 4 5

5- Já ouviu falar da existência de uma lei que protege as mulheres?

1 2 3 4 5

6- Você acha correto as mulheres sofrerem com a violência?

1 2 3 4 5

7- Qual a importância de abordar essa temática na escola?

1 2 3 4 5

8-Você sabe o que é violência de gênero?

1 2 3 4 5

9- A mulher pode usar a roupa que quiser?

1 2 3 4 5

10- O homem deve escolher a roupa que sua companheira deve vestir?

1 2 3 4 5

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências da Natureza do Instituto Federal Farroupilha, *Campus Santa Rosa*, intitulada “Trilha do Femicídio: Da Prática Pedagógica/Educacional a Ação Social”. Sua identidade será preservada. Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Concordo Não concordo

Nome:

Assinatura:

Leia as questões seguintes e responda marcando com um X no número que melhor representa a sua resposta.

Nunca	Raramente	Não sei responder	Algumas vezes	Concordo Plenamente
1	2	3	4	5

Estruturação do Conhecimento (após da trilha): Quais foram as percepções do meu público após perpassar a trilha?

1- Ao entrar na trilha, você sentiu medo?

1 2 3 4 5

2- Você sentiu indignação?

1 2 3 4 5

3- O ato da violência lhe causa algum sentimento de alegria?

1 2 3 4 5

4- No momento da trilha, você se colocou no lugar do outro?

1 2 3 4 5

5- Você considera certo as mulheres serem vítimas desta violência?

1 2 3 4 5

6- Além do físico, você acha que o emocional da vítima também é abalado?

1 2 3 4 5

7- Pode ocorrer uma dependência financeira e emocional da vítima com o agressor?

1 2 3 4 5

8- Antes dessa prática, você já tinha visto algo igual que informasse e alertasse sobre o feminicídio?

1 2 3 4 5

9- A cultura de agressão, é pelo fato do homem ser mais forte e melhor que a mulher?

1 2 3 4 5

10- “É errado a violência, por que a vítima não deixa o companheiro na primeira agressão? Ela gosta!” Na sua percepção essa afirmativa é correta?

1 2 3 4 5